

A SANITIZAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DA SAÚDE MENTAL, FÍSICA E SOCIAL

Suelen Cristina da Silva¹⁶
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁷

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a sanitização na Educação, salientando a inclusão e exclusão social de pessoas levadas a cabo por meio de políticas públicas que se referenciam no sistema capitalista. Independentemente de que sejam portadores de saúde adequada, considerados normais, ou pessoas com deficiência, a sociedade se desenvolve para todos de acordo com as diretrizes do capitalismo. A Educação está em função do capitalismo, assim como a criança para a escola. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, considerando os estudos da educação, do capitalismo e da psicologia. Finalmente, fizemos uma discussão sobre o que a educação deveria proporcionar às pessoas e como a saúde é imprescindível para o lugar social de cada ser humano. Conclui-se a partir disso, que somente a tomada de consciência da população em relação à educação e ao capitalismo é capaz de promover um desenvolvimento igualitário e assegurar a plena autonomia social dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Educação, Sanitização, Saúde.

ABSTRACT: This article aims to address the sanitization in education, stressing inclusion and social exclusion of people by means of public policies that reference in the capitalist system. Regardless of which carry adequate health, considered normal, or people with disabilities, the company develops for all in accordance with the guidelines of capitalism. The education is in function of capitalism, as well as the child to school. In this sense, a bibliographical research, considering the studies of education, of capitalism and of psychology. At the end, there was a discussion about what education should provide people and how health is essential for the social place of every human being. It appears from this, that only the awareness of the population regarding education and capitalism is able to promote equitable development and ensure the full autonomy of the social subject.

KEYWORDS: Capitalism, Education, Sanitization, Health.

INTRODUÇÃO

O estudo em questão se propõe a fazer um levantamento histórico social e crítico da relação entre a educação escolar e o sistema capitalista. Vê-se que uma educação sob tais moldes ajusta o indivíduo para servir o capital, e o exclui quando o mesmo não produz segundo a lógica e expectativas do capitalismo. Dessa forma, vê-se, de pronto, que o Estado não considera os aspectos intrínsecos aos seres humanos, tais como a saúde e valores

¹⁶ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁷ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

personais, uma vez que tende a valorizar itens de formação mais compatíveis com o mercado.

O objetivo desse texto, contudo, é abordar a sanitização no sistema educacional, ressaltando os impactos na saúde física, mental e social e suas possíveis consequências na formação do sujeito inserido no sistema capitalista. Desse modo, percebermos que refletir sobre os parâmetros atuais que permeiam a educação requereria um levantamento histórico de dados que desenhasssem a real sociedade em que estamos inseridos.

Logo, no início do artigo, reportamo-nos aos retratos da história social que tratam da higienização e da sanitização no Brasil, visto que estes são os fatores que demonstram os valores sociais contemporâneos e expressam com clareza o modo como a saúde é fundamental para a produtividade humana e para o desenvolvimento de papéis sociais.

Num segundo momento, apresentamos a aplicação de alguns conceitos ao contexto escolar brasileiro, deixando com ares de contemporaneidade, problemas que pertencem a uma longa tradição histórica da educação no Brasil.

Em seguida, vamos às conclusões e referências bibliográficas que deram suporte teórico ao nosso trabalho de investigação.

A HIGIENIZAÇÃO NO BRASIL

De acordo com a Constituição da Organização Mundial de Saúde – OMS de 1946, saúde é o completo bem estar, físico, mental e social. O conceito aqui apresentado e defendido pela OMS é questionado em tempos atuais, devido ao fato de que, por meio dele, se buscaria uma perfeição quase inalcançável em tempos de crises econômicas ou de epidemias sanitárias que assolam diversos países e que causam impactos diretamente na saúde mental do sujeito. Ao lado disso, como conceito correlato ao de saúde, aparece a ideia de higiene

que, de acordo com o dicionário Aurélio, *apud* Junior (2009, p. 22), revela-nos que “preservação da saúde é a prevenção de doenças”.

Assim é que foi que muitos médicos adotaram a abordagem higienista e posturas sanitizantes que orientavam e influenciavam a sociedade a cuidar de suas casas e de suas cidades, mantendo a limpeza em todos os ambientes.

A medicina no setor público demandava manter a organização e a limpeza dos espaços das cidades, das instituições e dos espaços públicos. Assim, os cuidados médicos e a ciência higienista alcançaram também os moradores da zona rural. A partir desse momento social e histórico em que a medicina e o Estado precisaram se unir para atenderem às demandas de saúde da população, e para preservarem a “Ordem e o Progresso da Nação”, os interesses do Capitalismo já estavam encobertos por detrás da máscara de prevenção de doenças no povo.

Dessa forma, é fundamental compreender que esta faceta obscura do capital já estava ali, ditando suas regras, tendo em vista que em uma sociedade capitalista é necessário que haja pessoas saudáveis o suficiente para produzirem, vender suas forças de trabalho para o mercado e, na visão capitalista e no olhar do Estado são essas mesmas pessoas que devem ter, no mínimo, alguma condição financeira de consumir os bens que são produzidos.

Junior (2009, p. 23) discorre sobre a abrangência das ações de higiene, o quanto é necessária ao ser humano e por isso a abordagem do Estado referente à higiene apresentou boa adesão da população. O autor lembra que:

Do nascimento à morte, do berço ao túmulo: nenhuma fase do desenvolvimento humano é desprezada pela higiene. Seu espectro de atuação é amplo. No Brasil, seu desenvolvimento ganhou forte projeção com o capitalismo. O período sanitaria do higienismo esteve intimamente ligado com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Conforme ressalta o autor, a ligação da medicina e a situação de calamidade pública impuseram à sociedade uma adequação à ordem e ao sanitarismo. Essas ações foram um trampolim para que os médicos fossem

considerados como importantes atores sociais. Nesta mesma linha de raciocínio é que as cidades foram classificadas por Milton Santos (1959, p. 07), *apud* Sobarzo (2004, p. 363), como “uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem (...)”. Nesse diapasão, urge ressaltar a premissa orientadora destes autores, de que, se não há organização no espaço, logo, o local não poderá ser considerado uma cidade.

Assim, a atuação dos médicos higienistas fortalecia ações de higiene, favorecendo a organização das cidades. Tais ações estiveram intimamente ligadas ao poder público e econômico, com vistas aos interesses do Capitalismo.

A higienização era necessária para o progresso e a ordem do país, e os médicos higienistas se respaldavam no conhecimento científico e, para a concretização desses fatos, eles estudavam, pesquisavam e buscavam novas estratégias para a promoção de saúde do povo. Dessa forma, os médicos se destacavam, ganhavam poder e ficavam a cada dia, mais respeitados pela sociedade, recebendo condecorações e diversas homenagens.

Com o passar do tempo, os higienistas observaram que não era apenas o espaço físico que poderia ser limpo, organizado e higienizado para assegurar o progresso dos municípios e da nação, mas, também, a subjetividade de cada indivíduo e a maneira de ser das pessoas que habitavam algum setor eram fatores que precisariam ser considerados.

Na visão higienista, os fatores subjetivos contribuem para a permanência de ordem e progresso ou para a desordem de um local, impactando direta ou indiretamente os papéis sociais de cada sujeito, pois são características próprias na forma de ser e de se relacionar com outras pessoas.

Visto dessa forma, Junior (2009, p. 28) destaca, que:

A cidade crescia e se (des)organizava. Havia, entretanto, um matiz diferente, que parecia realçar um desarranjo na estética da paisagem. Homens com um andar, trejeitos e indumentárias excêntricas erravam pelas ruas, sem destino e sem lugar fixo para viver. A “loucura” abandonava a vida privada para ganhar os espaços públicos.

De acordo com o autor acima citado, e considerando que o Estado já reconhecia a necessidade de cuidados aos doentes mentais, houve o estabelecimento de um marco legal sobre o assunto, a partir da Lei de Assistência aos Alienados, criada em 1903. Porém, essa Lei só foi realmente efetivada no ano de 1927.

Com a implantação dessa Lei, a gestão de cuidados aos doentes mentais foi atribuída ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Os higienistas viram na internação de pessoas portadoras de transtornos mentais uma forma de “sanitizar” as cidades, além de afastar o “mal” dos homens considerados normais, aproximando-os da população com o intuito de “regenerar o povo pela ciência” (JUNIOR, 2009).

Apesar de almejar a regeneração e aprimoramento do povo, o Estado não tinha em suas prioridades atender às demandas da população de baixa renda, que se esforçava lutando por uma vida com mais dignidade e um trabalho mais digno, que viriam, neste caso, por meio de salários que não somente trouxessem qualidade de vida a si e a sua família, mas que pagos os direitos do trabalhador, trariam a reboque, maior dignidade social.

Contudo, o Estado optou por não quebrar o ciclo vicioso de exploração capitalista e seguiu em frente na exploração de um povo pobre, sem conhecimento, sem condições de viver com dignidade, sem saúde e sem quaisquer direitos, assim, como se requer dentro do modelo capitalista.

A Liga Brasileira de Higiene Mental

Ressaltamos, neste ponto, a importância do médico higienista Gustavo Riedel que, em 1922, fundou a *Liga Brasileira de Higiene Mental*. Este, por sua vez, só o fez após ter acompanhado o Congresso latino-americano de Higiene Mental. A citada Liga foi, então, composta, maiormente por médicos psiquiatras

e outros médicos especializados em outras áreas, ainda que simpatizantes gerais da abordagem Higienista.

Essa associação foi, com o tempo, ganhando prestígio e visava, em última análise, atender aos interesses capitalistas, já que oriunda da classe dominante, conseguindo até mesmo repasses financeiros do Estado para a Liga Brasileira.

Por vezes, nas reuniões da Liga, foram abordadas questões de raça, de classe social, sobre o abuso de álcool e drogas, comportamentos de desmazelo, além de outras características da população que foram utilizadas como critérios para a classificação de sujeitos como loucos ou, no mínimo, suspeitos de anormalidades.

Com isso, diluía-se em meio às preocupações com a saúde humana o preconceito contra a classe menos favorecida, confundindo-se prepotência étnica com a ciência da higiene, levando à internação diversas pessoas por simplesmente aparentarem, segundo critérios de alguns poucos, uma ameaça ao urbanismo.

A psicometria ganhou espaço nesse período, e o seu emprego encorajado, por se respaldar na medida e na exatidão dos diagnósticos que proferia. Com esses argumentos os higienistas estimularam o desenvolvimento de testes capazes de medir a inteligência, a percepção e avaliar as pessoas para, posteriormente, conceituá-las via resultados obtidos nas suas avaliações.

Os escores dos testes psicológicos classificavam a população como normal ou portadora de doenças mentais. Era possível observar que os testes também buscavam estabelecer parâmetros para a delimitação de uma perfeita exatidão do ser humano. Os membros da Liga acreditavam na existência de um ser soberano que se esboçava a partir daquilo que os higienistas entendiam como normal. Logo, para ser considerada uma pessoa capaz e com subjetividade adequada ao que era esperado por eles, o sujeito deveria obter resultados satisfatórios nos testes.

Em 1924, a Liga Brasileira de Higiene Mental mostrou o posicionamento de seus membros neste sentido, relacionando os males sociais aos vícios da

população. A ingesta de álcool, por ser exagerada, predominantemente nas camadas menos abastadas, ganhou destaque como empecilho para o desenvolvimento da nação, sendo indicado como causador de imoralidade e prejudicial ao desempenho de funções de trabalho. Foi, por isso, organizada uma campanha antialcoólica que ganhou forças e apoio até mesmo do Congresso e nos discursos dos médicos higienistas, que diziam que bebidas de valor acessível gerava prejuízos ao Estado e que, sendo assim, o consumo deveria ser desincentivado, por meio da elevação de preços, visto a sociedade necessitava de sujeitos dispostos e sóbrios para trabalhar (MANSANERA & SILVA, 2000, p. 127).

De acordo com Olinto (1934, p.28), *apud* Junior (2009), a Liga acreditava ainda num tipo de “cultivo da mentalidade humana”. Sendo assim, se a ente se prestaria a esse certo “cultivo”, então, passou-se a enxergar nas crianças a possibilidade de formar cidadãos normais, sem transtornos mentais, aplicando nelas ações implementadas pelas ciências da higiene. Organizaram-se estratégias que induzissem a possibilidade de agregar as crianças em um local, a fim de que elas recebessem os cuidados necessários, com o objetivo de preservar a saúde mental dos pequenos e, com isso, desde cedo, abrindo caminho para um monitoramento que promovesse não só a pretensa saúde mental, mas que afastasse aquelas crianças das más tendências, dos problemas psicossociais e também das crianças consideradas anormais.

Os adultos, por sua vez, que apresentavam disposição a surtos ou que já haviam desenvolvido algum tipo de transtorno, eram tidos como doentes irreversíveis e, nesta condição, fazer parte da sociedade capitalista lhes ficaria mais difícil. Daí, então, a atenção redobrada à higiene mental das crianças, pois isso aparentava ser o caminho da salvação da sociedade, evitando-se, assim, que o adulto do futuro não se tornasse uma ameaça ou que causasse prejuízos para a ordem do Estado.

A Liga considerava a possibilidade da aplicação de suas técnicas nas crianças para obter respostas positivas e mais eficazes do que em adultos. Os problemas das crianças eram mais simples de resolver, a Liga precisava

enxergar que os desvios de personalidade que poderiam se apresentar estavam interligados ao Capitalismo. Nisto, obrigavam as famílias de baixa renda a colocarem suas crianças e adolescentes em trabalhos inóspitos e prejudiciais a saúde física, mental e social das crianças. Com esses trabalhos as crianças ajudavam no autossustento das famílias, vendendo sua força de trabalho por um valor irrisório. As fábricas e indústrias adaptaram suas máquinas ao que fosse necessário para seus pequenos trabalhadores, e a exploração permanecia forte aliada do capital e dos grandes empresários.

Apesar de tudo isso, a Liga preferiu dar andamento em seu plano de segregação humana, a enxergar o que de fato desestrutura o ser humano, e doutrinava que “[...] a criança fosse protegida [...] das influências morais dos degenerados” (Junior, 2009, p.110).

A sanitização

A exclusão social ocasionada por problemas relacionados à saúde mental, física ou social, longe de ser uma novidade, dá-nos notícias que remontam a Antiguidade, passa pela Idade Média e chega, ainda, com muita clareza, na Contemporaneidade.

Em Foucault (1978), no seu livro *História da Loucura*, sabemos de alguns fatos que deixaram profundas marcas nos povos e ocasionaram segmentação social, tais como a epidemia de lepra. As pessoas portadoras de tal doença eram separadas da população que aparentava boa saúde física, para ficarem isoladas e não disseminarem o seu mal entre outros humanos.

As pessoas acometidas de lepra eram vistas como incapazes e perigosas, sendo discriminadas em locais religiosos que, apesar de não aceitá-los em seus recintos, viam a doença como uma graça recebida para que fossem pagos os próprios pecados. Diante de tais pressupostos, podemos fazer uma reflexão, embasado no pensamento de Foucault (1978, p. 28):

Privilégio absoluto da loucura: ela reina sobre tudo o que há de mau no homem. Mas não reina também, indiretamente, sobre todo o bem que ele possa fazer? Sobre a ambição que faz os sábios políticos, sobre a avareza que faz crescer as riquezas, sobre a indiscreta curiosidade que anima os filósofos e cientistas?

Com este autor, também vemos que os portadores de transtornos mentais eram tratados de forma desumana, sendo levados de uma cidade a outra, por marinheiros, e deixados como se despejassem um lixo em terra alheia, outros eram mantidos em hospitais, onde permaneciam presos e sem nenhum atendimento psicossocial que favorecesse a reintegração social e melhores cuidados de saúde.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR: OLHARES DO CONTEMPORÂNEO

De acordo com Sampaio, Santos e Mesquida (2002), a etimologia da palavra *educação*, tem origem no latim, derivado de “*educare*”, por sua vez ligado a *ducere* - verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), podemos compreender que educação é sinônimo de "conduzir para fora", ou seja, preparar o indivíduo para o mundo.

Partindo do princípio de que não se consegue viver sozinho, a educação escolar, como se define aqui, parece ser intrínseca à condição humana e para a boa convivência social.

Pode-se, então, fazer aqui outra reflexão, pois desde o nascimento a criatura humana se torna dependente, e precisa ser acompanhada e cuidada pelos genitores ou por profissionais de uma casa de abrigo para crianças. E, quando acreditamos que podemos viver isolados e independentes, mesmo assim vamos usar uma cadeira, um tecido ou um copo que alguém produziu.

Nisso, retomamos a correlação entre educação e padronização dos sujeitos para atender às demandas de um mundo capitalista. De acordo com Bertoldo, Jimenez e Moreira (2012), é possível identificar que a política

educacional assim formatada tem como objetivo favorecer o sistema capitalista e não exatamente promover a formação profissional dos cidadãos.

O saber abre as portas ao novo e aguça a crítica do homem que, nessa condição jamais se sujeitaria a influencia moral do capitalismo. Partindo desse princípio, nos é possível compreender o motivo por que há anos a educação escolar não é oferecida de maneira adequada à população em geral, em especial à classe menos favorecida, uma vez que o acesso ao conhecimento é transformador para a ordem social do Estado.

Assim, o sistema de educação em questão é ao mesmo tempo algoz e vítima daquilo que preconiza e difunde, uma vez que seus conteúdos ultrapassam as fronteiras das salas de aula e se respalda na sanitização imposta pelo Estado, a qual compreende o molde que o governo espera que todos nós obedeçamos. Esse fato se concretiza noutros setores da sociedade, como, por exemplo, observamos a indústria farmacêutica, segmento que, além de produzir medicamentos, também pode causar grandes danos aos cidadãos, realizando *lobbies* para o acobertamento de curas para doenças que nem deveriam mais existir.

Diante do analfabetismo das crianças, a Liga viu a falta de escolaridade como empecilho para empregar as premissas da higiene mental, resultando na luta pela alfabetização das crianças. Nesse período, o Presidente do país era Getúlio Vargas, conhecido pela sua ousadia e dedicação à classe trabalhadora, o qual se posicionou favorável à alfabetização das crianças para o progresso do Brasil, desejando com isso promover uma melhor formação aos novos profissionais, deixando-os melhor qualificados e prontos para a entrada no mercado de trabalho e, ainda, fomentando uma solução para retirar as crianças brasileiras da situação de rua, resultando em escolas públicas de ensino gratuito e obrigatório.

Nesse diapasão, urge ressaltar o sentido verdadeiro da educação, que não é aquele de favorecer a manipulação dos cidadãos ou o de atender à ideologia Capitalista, em favor de um mercado de trabalho explorador. Por isso, é que autores como Bertoldo, Moreira e Jimenez (2012), referem-se à

educação como parte “componente do complexo que sustenta a duradoura exploração do homem pelo homem”.

Essa frase resume o relacionamento do Capitalismo com a educação, pois foi possível observar que o acesso do povo a educação só foi alcançado quando o Estado e a Liga Brasileira de Higiene Mental vislumbraram que, por meio da educação, se favorecia o Capitalismo e moldaria o indivíduo de acordo com o que era esperado do Estado, ajudando a manter a ordem e a higienização das cidades. Os autores citados também mencionam Marx, 2002; Mézaros, 2009, que, por sua vez, afirmam que: “[...], via de regra, rebatizam o projeto salvacionista da educação, instituindo como pedra de toque uma possível cura para os males do capitalismo, [...] assim que faz parte da sua teia primordial nos distanciar cada vez mais da possibilidade de produzirmos uma comunidade autenticamente humana”.

Nessa linha de pensamento, de acordo com Rogers (1971, *apud* GOULART, 1995), vemos que o ser humano é o único ente capaz de fazer que outro ser humano se desenvolva. Sendo assim, quando o trabalho de um ser é educar outro ser com uma educação corrompida, esse desenvolvimento redundará em prejuízo para as atividades sociais, ficando o sujeito à mercê de muitas limitações que impedirão o cidadão de enxergar além da utopia do Estado, seus direitos e deveres.

Concomitantemente, a mesma ideologia que engessa o indivíduo dentro de uma formação precária, espera que um docente tenha recebido uma formação de qualidade para que possa fazer com que o aprendiz “conduza para fora o melhor de si mesmo”. Somente a qualificação de um educador poderá garantir a efetivação de suas ações – assim, devido à lógica opressora do capital, nem uma e nem outra coisa acontece.

Ademais, de um lado, está o Estado, com interesse apenas em estatísticas, seja de formação de docentes ou de alunos que são aprovados sem nenhum conhecimento, para favorecer à conjuntura desestruturante imposta do Capitalismo. De outro lado, está o cidadão, prejudicado, sem qualificação nem mesmo para o mercado de trabalho, e sem as condições

mínimas que lhe possibilitassem alguma forma de acesso a maiores salários e qualidade de vida ou bem estar social. Esses fatos são, dentre outros, frutos de uma aprovação automática do sistema educacional brasileiro que, além de aprovar o sujeito que não adquiriu conhecimento, faz com que ele permaneça às margens da sociedade.

O Capitalismo e a educação

Vemos que, assim como a Revolução Industrial proporcionou a produção de bens de consumo em série, o mesmo processo passou a acontecer por meio de uma espécie de “automatização” do processo de repassar o saber, orquestrado pelo modelo capitalista, e que lentamente foi impregnando o nosso sistema brasileiro de educação. Bertoldo, Moreira e Gimenez (2012, p. 32) lembram que:

O processo de criação e transmissão do conhecimento, desta forma, é reduzido à esfera do imediato mais reles da experiência docente, perdendo sua conexão com os elementos da historicidade humana e impossibilitando a emergência do caráter ontologicamente emancipador da própria educação.

Para Vygotsky (*apud* OLIVEIRA, 1997), o aprendizado se dá pelo processo de desenvolvimento humano possibilitado pelas interações sociais, é o meio ambiente, a socialização, cultura e a civilização que são os precursores do aprendizado do homem. Daí, então, fica subentendido que o nosso meio social, alinhado ao Capitalismo, não permite e jamais permitirá o acesso ao conhecimento que a educação tem a prerrogativa de despertar no sujeito.

Ao que parece, o que impede esse acesso ao conhecimento é o medo que o Estado tem de não mais exercer o poder sobre as pessoas, e ter a dificuldade em continuar com atitudes que mascaram o que é a educação no Estado, a qual está ligada às diretrizes do Capitalismo.

Dessa forma, de acordo com Junior (2009), para a teoria da higiene mental, um bom educador seria o docente que fosse capaz de transformar as crianças em pessoas felizes, deixa-las sem ambição e, cuja educação fosse capaz de fazê-las vender sua força de trabalho a míseros salários. A educação, nesses péssimos moldes, visa à criação de seres conformados com a falta de dignidade pessoal e aptos ao trabalho árduo das indústrias e da operação das máquinas do capital.

Conforme a teoria comportamental de Skinner, os procedimentos humanos são passíveis de condicionamento, podendo ser alterados ou até mesmo extintos, por meio de reforços positivos, negativos e punições (FRANCISCO FILHO, 2002). Com uma educação defeituosa, modeladora, criteriosa e instável, o Estado assume os rumos da nação e exclui reforçando negativamente a permanência nas escolas de sujeitos com deficiências, os quais, atualmente, por trás de uma máscara de inclusão social, são colocados em salas de aulas de alunos com facilidade de aprendizagem e, com isso, permanecem excluídos, pois não conseguem acompanhar em um mesmo ritmo todas as matérias esplanadas, atividades desenvolvidas, manter frequência regular etc.

Ainda, muitas pessoas especiais não desenvolvem vínculos com outros sujeitos e sofrem discriminação, tornando-se um “peso” para a escola que faz a inclusão social, sendo necessárias várias adaptações da estrutura física da escola e um posicionamento adequado dos professores e outros profissionais da escola.

Também voltamos, com esta reflexão, ao fato de que a formação sem qualificação de docentes, que na maioria das vezes não estão preparados para lidar com crianças, jovens ou adultos que são portadores de necessidades especiais, termina por contaminar todo o sistema com resultados ruins para todos.

Deparamo-nos, então, com a situação de um Brasil que inclui e exclui ao mesmo tempo, fazendo uma “inclusão para fora”, na qual se reforça, de alguma forma, a permanência do sujeito no sistema de educação, mas se nega a ele

educação adequada e serviços ajustados. Os empecilhos de acesso à escola também eram uma maneira de higienizar – e, do modo como está o sistema, ainda assim se faz.

Freud (2010) considera que o uso pleno das faculdades mentais enobrece o homem. Dando maior autonomia e poder ao homem que a usa em favor da ciência, para as atividades relacionadas às artes e outras atividades do tipo que requerem muito mais do intelecto, em relação aos quesitos físicos. Nessa observação de Freud, as atividades acadêmicas, próprias das escolas e do sistema de educação, são muito valorizadas na sociedade, mesmo que a educação esteja em condições inadequadas a favor do Estado e do Capitalismo.

Ainda com Freud (2010, p. 64), ressalta-se, em seu livro *O Mal Estar na Civilização*, que era esperado que a humanidade valorizasse bem mais as coisas não lucrativas como, por exemplo, a beleza, a natureza. Porém, isso ainda não foi possível e, ao que parece, importa mesmo à civilização é a ordem e a higiene na subjetividade das pessoas:

Evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização. Ninguém sustentará que elas sejam tão importantes para a vida quanto o controle sobre as forças da natureza ou quanto alguns outros fatores com que ainda nos familiarizaremos. (...) A utilidade da ordem é inteiramente evidente. Quando à limpeza, devemos ter em mente aquilo que também a higiene exige de nós, e podemos supor que, mesmo anteriormente à profilaxia científica, a conexão entre as duas não era de todo estranha ao homem.

A Liga Brasileira de Higiene Mental, ao implantar suas novas estratégias, tentou impor a ordem por meio da higienização de um ambiente em que o homem que não era produtivo ao Capitalismo ou não tinha o pleno domínio de suas faculdades mentais. Em qualquer das situações apresentadas, o cidadão era considerado um ser que precisava ser retirado do convívio social e trancado em hospitais psiquiátricos ou isolados para que vivesse à margem do capital e, muitas vezes, sem acesso ao ensino escolar obrigatório, para que

não transmitisse sua doença às pessoas ao redor e não atrapalhasse o “progresso e a ordem da nossa nação”.

Segmentação no sistema educacional

A Liga prosseguia com suas triagens nas escolas, obrigando todas as crianças a passarem por avaliação de sanidade mental. O critério estabelecido pela Liga era bem apertado quanto à adaptação. Para a Liga Brasileira de Higiene Mental, somente o sujeito com flexibilidade, passividade e que se adaptasse às situações adversas seria considerado um ser humano normal e capaz.

Se a criança não se adaptasse às mudanças e dificuldades, o que é um reflexo do Capitalismo, essa criança precisaria de cuidados especiais e não poderia ingressar na escola. Através dessas intervenções, evitava-se que, no futuro um cidadão procurasse seus direitos, ao mesmo tempo em que se preveniam protestos que trariam manchas para a reputação de Estado, obrigando a organização de mudança das ações que atendessem às demandas do povo.

E, assim, caminhava a educação de mãos dadas à medicina, com a psicologia, com o Capitalismo, compondo a higiene mental.

Com o uso de testes psicológicos para avaliações nas escolas, a psicologia se fortaleceu, Junior (2009, p. 125) aponta para o fato de que, com a necessidade de tantas avaliações das crianças para ingressarem à escola, surgiram duas equipes de trabalho, uma equipe com a finalidade de educador das crianças, e a outra com o objetivo de mensurar inteligência e comportamentos, os quais eram chamados de “especialistas da mente”.

Infelizmente, a Psicologia foi usada a favor da exclusão, porém, na atualidade essa realidade vem se modificando e ganhado forças na busca de se utilizar a Psicologia para trabalhar a inclusão de pessoas portadoras de

transtornos mentais, reforçando a luta antimanicomial, no intuito de que todos os cidadãos tenham seus direitos garantidos.

A Liga muito contribuiu para a afirmação da psicologia como profissão, ao incluir nas escolas profissionais qualificados para atender e avaliar as crianças pois somente em 1962 foi regulamentada e reconhecida como profissão independente da educação ou da medicina.

Nesse período, o Brasil adaptou suas escolas e, de acordo com o autor acima citado, já se havia instituído a Inspetoria de Higiene Infantil, a qual chegou a publicar certos “padrões para o exame mental na pré-escolaridade”.

No estado de São Paulo, também estava instaurada a “Diretoria do Serviço de Saúde Escola”, com diretrizes oriundas do Departamento de Educação, donde se objetivou a “[...] conquista da saúde, pela cura de moléstias e correção de defeitos físicos, pela prática de hábitos sadios e criação de atitudes sadias, na escola e no lar” (Castro, 1941, p. 58, *apud* Junior, 2009, p. 126).

A Liga continuou na busca incessante do aprimoramento de suas técnicas, e passou a desenvolver exercícios científicos que facilitassem o desenvolvimento mental das crianças consideradas atrasadas ou doentes, as quais eram rotuladas como “retardadas”. A partir desses esforços, a higiene mental acreditou na recuperação, mesmo que parcial, do sujeito com algum *déficit*, considerando também como anormal os classificados como portadores de “mau caráter”.

Diante de tudo isso, o problema social que os excluídos poderiam causar, já que, no futuro, se previa que se tornariam uma população sem escolaridade, sem acesso a alimentação, a recursos financeiros e ao trabalho, a Liga novamente pensou em mudanças no sistema educacional que promoveria a institucionalização de todos, quer seja normal ou anormal. Foram, assim, criadas as classes especiais nas escolas, e posteriormente escolas que se voltariam integralmente ao atendimento de portadores de necessidades especiais.

Para o Estado capitalista, interessado em quantidade, essa solução trouxe segurança, proteção da ordem da nação e prestígio, considerando-se que promovia a inclusão e reduzia as estatísticas de reprovadas nas escolas para pessoas normais.

O Capitalismo continuou a impulsionar a ciência da higiene mental, e os higienistas aderiram aos ideais de produção capitalista de boas estatísticas.

De acordo com Junior (2009, p. 141), foram construídas fichas, chamadas de “fichas médico-psicológica”, que mensuravam a capacidade física e mental que agregavam as informações relativas ao sujeito, por meio das quais já determinavam seu perfil de trabalho no futuro.

Estabelecia-se, a partir da educação, a ordem futura do país, ainda que diante de guerras e crises econômicas mundiais. As crianças e os adultos passavam por situações de calamidade, o Estado via apenas o que poderia gerar lucro e dar estabilidade aos governantes, desprezando-se as condições subumanas de vida da população. A educação, de acordo com Junior (2009, p. 143), era a responsável pela “contenção social” e para formar cidadãos para o mercado, em escala fordista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse artigo foram apresentados pontos que são empecilhos para o crescimento educacional das classes menos favorecidas, as quais se tornaram reféns de um sistema capitalista explorador que, muitas vezes, prejudica a saúde cultural, física e mental, impedindo o protagonismo social do sujeito, mantendo essas pessoas à margem da civilização, empurrando-as para uma sociedade “higienizada”.

Conclui-se, com isso, que um dos deveres contemporâneos da educação deveria ser o de oferecer ao povo uma formação mais ética, para que fosse possível aos gestores manterem a ordem e o progresso dos países capitalistas. Contudo, tem-se dedicado à prática de outro dever, o de preparar

os estudantes para serem futuros trabalhadores e para a inserção no mercado de trabalho, pois, através da formação escolar é que se estava assegurando uma fonte segura de sustento das famílias.

O trabalho e o estudo, a seu turno, atualmente são meios que o sistema capitalista disponibiliza ao cidadão, ainda que por meio de modelos precarizados, para que possa sair de uma classe social menos favorecida, alcançando mais qualidade de vida.

As políticas públicas atuais acenam para a população como sendo as maiores interessadas em promover a autonomia social das famílias, através da implantação de programas sociais de transferência de renda que visam reparar a falta de estrutura para o desenvolvimento do país. Esses programas têm como condicionalidade a ideia de que as crianças estejam estudando e recebam em casa alimentação adequada, para prevenir problemas de saúde física e, ao mesmo tempo, prevenir a desnutrição de um futuro trabalhador.

A falta de moradias, de emprego e recursos financeiros advindos do sistema capitalista, faz dos programas de transferência de renda fortes aliados nas campanhas políticas, as quais persuadem o cidadão a aceitar todo tipo de opressão, já que este não consegue ver que seus direitos vão além deste ou daquele pequeno benefício.

Ainda, hoje percebemos que a utopia política, responsável pela grandiosidade do poder do Estado e do Capitalismo, tenta implantar a ideologia do “Estado do Bem Estar Social”, que se preocupa com o bem comum do povo e trabalha para o povo. Mas, ao invés disso, percebemos que não é assim, e que o Estado e o Capitalismo não medem esforços para beneficiar as classes sociais mais favorecidas, excluindo, cada vez mais, as classes de baixa renda.

Ademais, se todas as pessoas que vivem sob o sistema capitalista enxergassem que há uma linha ideológica, que trabalha todos os dias para impedir que o dinheiro, o poder e a igualdade cheguem às mãos das classes menos favorecidas, o Estado seria coagido a mudar e adotar uma abordagem que se referenciasse na prática do socialismo e não do assistencialismo, conforme vivenciamos nos dias atuais.

Podemos concluir que há muito que se conquistar, e que somente através do acesso irrestrito ao conhecimento, às Leis que norteiam o Capitalismo e da união da população é que poderá ser instaurada uma luta que possa coagir o Estado em favor do povo.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, E; MOREIRA, L.A.L.; JIMENEZ S. (orgs.) *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica de revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – 1946
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>, Acesso em 09/02/2015.

DIAS, D. S. *Metodologia Científica*: material produzido para curso de pós-graduação, modalidade EaD, da Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Políticas Públicas, 2014.

JUNIOR, Durval Wanderbrook. *A Educação sob Medida - os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45)*. Maringá: Eduem, 2009.

JUNIOR, G. E. *Revista Dialogia: Higienismo e Positivismo no Brasil: Unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900 – 1930)*. V. 2 – Out/ 2003. Disponível em <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v2/dialogv2_edivaldogois.pdf>, Acesso em 28/06/2015.

FRANCISCO FILHO, G. *A psicologia no contexto educacional*. Campinas: Editora Átomo, 2002.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na civilização - (1930-1936)*. Coleção obras Completas, V. 18. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010.

FOUCALT, M. *História da Loucura*. Equipe de realização — Tradução: José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antonio de Pádua Danesi; Revisão de provas: Aníbal Mari, José Bonifácio Caldas, Plínio Martins Filho e Vera Lúcia B. Bolognani; Produção: Plínio Martins Filho. São Paulo: Ed. Perspectivas, 1972.

GOULART, I. B. *Psicologia da Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

MANSANERA, Adriano Rodrigues & SILVA, Lúcia Cecília da. *A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil*. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol. 5, n.1, p. 115-137. ISSN 1413-7372. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000100008>.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997.

SAMPAIO, Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. *Do conceito de educação à educação no neoliberalismo*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002.

SOBARZO, O. *Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da geografia urbana*. In: Revista Cidades – A Cidade e o Urbano: uma busca conceitual. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, V.6, n.10, p. 359-379.

